

# Relatório de Transparência Fiscal



1º Quadrimestre de 2016

Julho de 2016



---

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA**

Marco Aurelio Santos Cardoso

**SUBSECRETÁRIO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

Ricardo de Azevedo Martins

**SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO**

Rodrigo Fernandes Barbosa

**SUBSECRETÁRIO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL**

Carlos Evandro Viegas

**SUBSECRETÁRIO DO TESOUREO MUNICIPAL**

Márcia Cristina de Lima Aldy

**ASSESSORA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS**

Eliane Almeida de Vilhena Totti

**ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Charbelly Imaculada de Almeida Estrella

**ASSESSOR ECONÔMICO**

José Marcelo Souza Boavista

**EQUIPE RELATÓRIO DE TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Alexandre da Costa Corrêa

Ana Cláudia Tavares Mendes

Andre Azevedo de Albuquerque

André Teixeira Coelho Gomes

Cláudia Rebordões Carauta Pombal

Denise Mendes da Silva

Eduardo da Cunha Vianna

Henrique Baptista Marques Junior

Lucia Cristina Correa Neves

Manuel Abraham Nápoles Tibeau

Waldo de Andrade

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro**

Rua Afonso Cavalcanti, nº 455, Anexo - Centro Administrativo São Sebastião, Cidade Nova

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.211-900

<http://www.rio.rj.gov.br/web/smf>



## ABREVIACÕES, SIGLAS e ACRÔNIMOS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDURP	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro
CGM	Controladoria Geral do Município
COMLURB	Empresa Municipal de Limpeza Urbana
COSIP	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública
EDI	Espaço de Desenvolvimento Infantil
FASS	Fundo de Assistência à Saúde do Servidor
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FINCON	Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNPREVI	Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação
IPI-Exp	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPM	Índice de Participação do Município
IPTU	Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ISS	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis
ITCMD	Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial
LC	Lei Complementar
LFT	Letra Financeira do Tesouro
LOA	Lei do Orçamento Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LTN	Letra do Tesouro Nacional
MCidades	Ministério das Cidades
MP	Medida Provisória
MRJ	Município do Rio de Janeiro
NTN-C	Nota do Tesouro Nacional - Série C
OGU	Orçamento Geral da União
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PCRJ	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
PMAT	Programa de Modernização da Administração Tributária Municipal
PNAFM	Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros
PPI Carioca	Programa de Pagamento Incentivado de débitos tributários, inscritos ou não em dívida ativa
Previ-Rio	Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro
Pró-Moradia	Programa do Governo Federal de acesso à moradia



---

Pró-Transporte	Programa do Governo Federal para financiamento ao setor público e ao setor privado, a implantação de sistemas de infraestrutura do transporte coletivo urbano e à mobilidade urbana
RCL	Receita Corrente Líquida
RLR	Receita Líquida Real
Salário Educação	Contribuição Social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para o financiamento da educação básica pública
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SIG	Sistema de Informações Gerenciais
SMF	Secretaria Municipal de Fazenda
SUS	Sistema Único de Saúde
TCDL	Taxa de Coleta de Lixo
TransCarioca	BRT da Barra ao Galeão
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

## ÍNDICE ANALÍTICO

I) INTRODUÇÃO .....	3
II) RESULTADO FISCAL .....	3
II.1) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO .....	3
II.2) RESULTADO PRIMÁRIO .....	4
II.3) RESULTADO NOMINAL .....	5
III) RECEITA MUNICIPAL .....	6
III.1) RECEITAS CORRENTES .....	7
III.1.1) RECEITA TRIBUTÁRIA .....	8
III.1.1.1) IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS .....	8
III.1.1.2) IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU .....	8
III.1.1.3) IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE BENS IMÓVEIS - ITBI .....	9
III.1.1.4) IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE .....	9
III.1.2) TRANSFERÊNCIAS CORRENTES .....	9
III.1.3) DEMAIS RECEITAS CORRENTES .....	12
III.1.3.1) RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES .....	12
III.1.3.2) RECEITA PATRIMONIAL .....	12
III.1.3.3) RECEITA INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS .....	13
III.1.3.4) OUTRAS RECEITAS CORRENTES .....	13
III.2) RECEITAS DE CAPITAL .....	14
III.2.1) OPERAÇÕES DE CRÉDITO .....	14
III.2.2) ALIENAÇÃO DE BENS .....	14
III.2.3) AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS .....	14
III.2.4) TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL .....	15
IV) DESPESA MUNICIPAL .....	15
IV.1) DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA .....	15
IV.2) DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO .....	17
V) CAPTAÇÃO DE RECURSOS .....	18
V.1) RECURSOS EXTERNOS - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E REPASSE .....	18
VI) ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE CAIXA E DÍVIDA .....	19
VI.1) APLICAÇÃO FINANCEIRA DO CAIXA .....	19
VI.2) DÍVIDA FINANCEIRA .....	20
VII) GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO .....	23
VIII) CONCLUSÃO .....	24

## APRESENTAÇÃO

O Relatório de Transparência Fiscal é uma publicação quadrimestral da Secretaria de Fazenda do Município do Rio de Janeiro - SMF, onde são analisadas as receitas e as despesas da Prefeitura. No que se refere aos valores apresentados ao longo do relatório valem as observações abaixo:

- **Todos os valores apresentados - a menos de quando expressamente especificado - são nominais e acumulados até o período em questão.**
- **Todas as comparações de valores se referem ao mesmo período do ano anterior - a menos de quando expressamente especificado.**

Esta iniciativa da Prefeitura do Rio, por meio da SMF, tem por objetivo garantir transparência na gestão financeira dos recursos públicos, desde o seu ingresso nos cofres do Tesouro Municipal até a sua aplicação, com base no planejamento orçamentário, e considerando a legislação vigente e os limites definidos pela Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal - LRF (Lei Complementar N° 101/2000).

Os dados utilizados foram extraídos majoritariamente do Sistema Fincon da Controladoria Geral do Município -CGM. Foram consideradas as receitas e despesas intraorçamentárias e todas as entidades da administração indireta (exceto a CDURP - Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro), inclusive o fundo de previdência dos servidores públicos, o FUNPREVI, de forma que os dados aqui apresentados estejam de acordo com os demonstrativos da LRF publicados pela CGM. Neste sentido, não são consolidados os números da CDURP uma vez que, embora seja controlada integralmente pelo Município, possui independência orçamentária dada sua natureza de empresa estatal não dependente, de acordo com a legislação vigente.

O relatório está dividido nas seguintes seções:

- i. Na primeira, é apresentado um balanço geral das contas públicas;
- ii. Na segunda, são apresentados os resultados orçamentário, primário e nominal;
- iii. Na terceira seção, são analisadas as receitas municipais por categorias econômicas;
- iv. Na quarta, são apresentados os números das despesas por categoria econômica, por função de governo e por área de resultado;
- v. Na quinta, é feita uma apresentação das fontes de financiamento e dos contratos de repasse;
- vi. As três últimas trazem considerações sobre as aplicações dos saldos de caixa do Município, a gestão da dívida pública e a gestão do patrimônio imobiliário da administração direta.

## I) INTRODUÇÃO

No primeiro quadrimestre do ano a Receita Total do Município apresentou expansão de 17,7% - destacando-se o desempenho das operações de crédito, sustentando o vigoroso ciclo de investimentos da Prefeitura.

A elevação de 22,7% na Despesa Total Liquidada trouxe como destaque os 26,4% de incremento nas Despesas de Capital - onde se destaca a elevação de 52% nos investimentos e a redução de 46% nos gastos com amortização da dívida. Vale notar que, nestes primeiros quatro meses, o gasto combinado de juros e amortizações da dívida foi reduzido em 24,2% (R\$ 75 milhões).

Neste contexto, é interessante observar a tabela abaixo, onde se verifica a dotação orçamentária destinada aos investimentos - evidenciando a preocupação do poder executivo municipal em consolidar o ciclo de modernização da infraestrutura urbana da Cidade.

TABELA I - PERFIL DE DESPESAS - 1º quadrimestre de 2016

Em R\$ Milhões

Categoria Econômica	Grupos de Despesa	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1º QUADRIMESTRE DE 2016						
		LOA 2016	Dotação Atual	% da Dotação Atual	Despesa Empenhada	% da Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	% da Despesa Liquidada
<b>Despesas Correntes</b>	Pessoal e Encargos Sociais	15.587,4	15.266,8	48,1%	6.502,5	36,0%	4.309,5	50,5%
	Juros e Encargos da Dívida	652,8	652,8	2,1%	557,9	3,1%	161,6	1,9%
	Outras Despesas Correntes	8.925,1	9.402,2	29,6%	6.806,0	37,7%	2.846,1	33,3%
<b>Total Despesas Correntes</b>		<b>25.165,3</b>	<b>25.321,7</b>	<b>79,8%</b>	<b>13.866,4</b>	<b>76,7%</b>	<b>7.317,1</b>	<b>85,7%</b>
<b>Despesas de Capital</b>	Investimentos	5.315,8	5.898,0	18,6%	3.893,9	21,5%	1.094,9	12,8%
	Inversões Financeiras	52,5	124,5	0,4%	55,5	0,3%	55,5	0,6%
	Amortização da Dívida	285,3	284,5	0,9%	254,1	1,4%	71,6	0,8%
<b>Total Despesas de Capital</b>		<b>5.653,6</b>	<b>6.307,0</b>	<b>19,9%</b>	<b>4.203,4</b>	<b>23,3%</b>	<b>1.222,0</b>	<b>14,3%</b>
Reserva de Contingência		47,1	91,9	0,3%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>30.865,9</b>	<b>31.720,6</b>	<b>100,0%</b>	<b>18.069,8</b>	<b>100,0%</b>	<b>8.539,1</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Balanço Orçamentário (RREO - Anexo I)

## II) RESULTADO FISCAL

Esta seção apresenta o resultado fiscal, detalhado nos resultados orçamentário, primário e nominal.

### II.1) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O Resultado Orçamentário é apurado pela diferença entre a Receita Orçamentária Total arrecadada e a Despesa Orçamentária Total empenhada ou liquidada. Um Resultado Orçamentário Superavitário reflete uma Receita superior à Despesa (gerando, assim, acúmulo de caixa), ao passo que um Resultado Orçamentário Deficitário compreende a situação inversa, em que há o consumo do superávit de caixa acumulado em períodos anteriores.

No primeiro quadrimestre de 2016, o Resultado Orçamentário foi superavitário em R\$ 1,8 bilhão, considerando os R\$ 10,4 bilhões de Receita Total arrecadada e os R\$ 8,5 bilhões de Despesa Total Liquidada, conforme pode ser observado na Tabela II a seguir.

Cabe lembrar que, tendo em vista a concentração da arrecadação do IPTU em fevereiro (vencimento da cota única) e o menor ritmo de liquidação de despesas no início de cada ano, o primeiro quadrimestre tende a ser superavitário do ponto de vista orçamentário, fenômeno que também pôde ser observado no Resultado Orçamentário do primeiro quadrimestre do ano anterior.

TABELA II - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Em R\$ Milhões

DESCRIÇÃO	ANO		DESCRIÇÃO	ANO	
	2015	2016		2015	2016
<b>RECEITAS CORRENTES [I]</b>	<b>8.009,2</b>	<b>9.024,7</b>	<b>DESPESAS CORRENTES [IV]</b>	<b>5.993,2</b>	<b>7.317,1</b>
Receita Tributária	3.688,2	3.931,2	Pessoal e Encargos Sociais	3.719,3	4.309,5
Receita de Contribuições	972,7	1.082,3	Juros e Serviço da Dívida	175,4	161,6
Receita Patrimonial	285,3	350,1	Outras Despesas Correntes	2.098,6	2.846,1
Receita Industrial	2,0	2,9			
Receita de Serviços	101,2	91,1			
Transferências Correntes	2.592,9	2.778,1			
Outras Receitas Correntes	366,9	788,8			
<b>RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CORRENTE [I]-[IV]</b>				<b>2.015,9</b>	<b>1.707,5</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL [II]</b>	<b>821,2</b>	<b>1.367,0</b>	<b>DESPESAS DE CAPITAL [V]</b>	<b>967,1</b>	<b>1.222,0</b>
Operações de Crédito	598,9	1.026,4	Investimentos	722,6	1.094,9
Alienação de Bens	1,5	1,6	Inversões Financeiras	112,3	55,5
Amortização de Empréstimos	27,8	28,2	Amortização da Dívida	132,3	71,6
Transferências de Capital	193,0	310,9			
Outras Receitas de Capital	0,0	0,0			
<b>RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DE CAPITAL [II]-[V]</b>				<b>-146,0</b>	<b>145,0</b>
<b>RECEITA TOTAL [III]=[I]+[II]</b>	<b>8.830,3</b>	<b>10.391,7</b>	<b>DESPESA TOTAL [VI]=[IV]+[V]</b>	<b>6.960,38</b>	<b>8.539,10</b>
<b>RESULTADO ORÇAMENTÁRIO [III]-[VI]</b>				<b>1.869,97</b>	<b>1.852,56</b>

Fonte: RREO 1º E 2º BIMESTRES DE 2015 E 2016  
Despesa Liquidada

Embora as receitas e despesas sejam analisadas com maior detalhe nas respectivas seções deste relatório, cabe mencionar os principais fatores que compõem a variação do resultado orçamentário.

Pelo lado da Receita Total, o crescimento de 17,7%, em relação a 2015, decorreu da elevação da Receita Corrente em 12,7% e da elevação das Receitas de Capital em 66,5%, cujo destaque foram as Operações de Crédito, para melhoria na infraestrutura de mobilidade urbana.

A elevação de 22,7% na Despesa Total Liquidada resultou da combinação de 22,1% de crescimento nas Despesas Correntes, com 26,4% de incremento nas Despesas de Capital.

Em relação às Despesas Correntes, o principal motivo do crescimento foi a variação de 35,6% (equivalente a R\$ 747,5 milhões) nas Outras Despesa Correntes e em relação às Despesas de Capital, o destaque foi a elevação de 51,5% (equivalente a R\$ 372,3 milhões) nos Investimentos - vide seção IV.1 Despesa por Categoria Econômica.

## II.2) RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário é a diferença entre a Receita Primária (Receita Total deduzida das Receitas Financeiras) e a Despesa Primária (Despesa Total deduzida das Despesas Financeiras).



TABELA IV - RESULTADO NOMINAL  
31 DE DEZEMBRO DE 2015 X 30 DE ABRIL DE 2016

	Em R\$ Milhões			
	EM 31/12/2015 [A]	EM 30/04/2016 [B]	Var. Absol. [B]-[A]	Var. % [B]/[A]
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA (I)</b>	17.657,6	11.741,8	-5.915,9	-33,5%
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	2.388,3	5.316,0	2.927,7	122,6%
ATIVO DISPONÍVEL	4.039,4	5.309,4	1.270,0	31,4%
HAVERES FINANCEIROS	261,7	161,0	-100,7	-38,5%
(-) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (Exceto Precatórios)	-1.912,8	-154,4	-1.758,4	-91,9%
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA</b>	15.269,3	6.425,7	-8.843,6	-57,9%
PASSIVOS RECONHECIDOS	124,6	118,6	-6,0	-4,8%
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</b>	15.144,7	6.307,1	-8.837,6	-58,4%
<b>RESULTADO NOMINAL EM 30/04/2016</b>			<b>-8.837,6</b>	
<b>META DE RESULTADO NOMINAL P/ O EXERCÍCIO EM 30/04/2016 (LOA 2016)</b>			<b>-5.447,6</b>	

Fonte: RREO 1º E 2º BIMESTRES DE 2015 E 2016

Vale recordar que um resultado nominal positivo é considerado um déficit, isto é, um aumento do endividamento líquido do caixa e de haveres financeiros; enquanto que um resultado nominal negativo é considerado um superávit, ou seja, uma diminuição do endividamento líquido.

### III) RECEITA MUNICIPAL

Esta seção (Tabela V) apresenta os valores efetivamente arrecadados pelo Município no último quadrimestre.

TABELA V - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)  
Em R\$ milhões

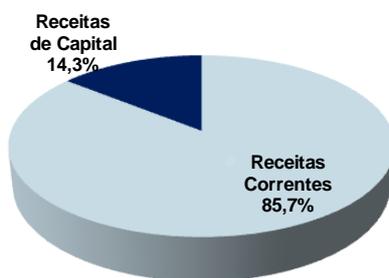
DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES			
	JANEIRO A ABRIL			
	2015	2016	Var. Nominal	% Var. Nom.
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>8.009,2</b>	<b>9.024,7</b>	<b>1.015,5</b>	<b>12,7</b>
Receita Tributária	3.688,2	3.931,2	243,0	6,6
Receita de Contribuições	972,7	1.082,3	109,7	11,3
Receita Patrimonial	285,3	350,1	64,9	22,7
Receita Industrial	2,0	2,9	0,9	45,2
Receita de Serviços	101,2	91,1	-10,1	-10,0
Transferências Correntes	2.592,9	2.778,1	185,2	7,1
Outras Receitas Correntes	366,9	788,8	421,9	115,0
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>821,2</b>	<b>1.367,0</b>	<b>545,8</b>	<b>66,5</b>
Operações de Crédito	598,9	1.026,4	427,5	71,4
Alienação de Bens	1,5	1,6	0,0	3,2
Amortização de Empréstimos	27,8	28,2	0,5	1,6
Transferências de Capital	193,0	310,9	117,9	61,1
Outras Receitas de Capital	0,0	0,0	0,0	-
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>8.830,3</b>	<b>10.391,7</b>	<b>1.561,3</b>	<b>17,7</b>

Fonte: RREO 1º E 2º BIMESTRES DE 2015 E 2016

#### Composição da Receita Total

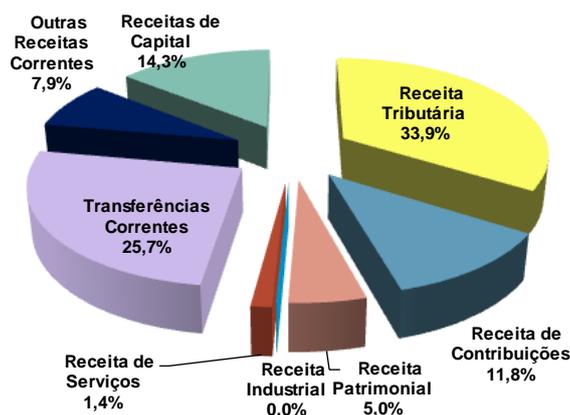
A Receita Total é composta por Receitas Correntes e Receitas de Capital. No Gráfico I, pode-se verificar a composição da Receita Total, considerando as estimativas de receitas da Lei Orçamentária 2016.

GRÁFICO I - COMPOSIÇÃO DA RECEITA TOTAL POR CATEGORIAS ECONÔMICAS NO EXERCÍCIO 2016  
ESTIMATIVA DA LEI ORÇAMENTÁRIA (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)



O Gráfico II apresenta uma maior desagregação da Receita Total prevista na Lei Orçamentária de 2016. As maiores participações cabem às Receitas Tributárias e às Transferências Correntes, que juntas representam 59,6%.

GRÁFICO II - COMPOSIÇÃO DA RECEITA TOTAL POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM NO EXERCÍCIO 2016  
ESTIMATIVA DA LEI ORÇAMENTÁRIA (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)



### III. 1) RECEITAS CORRENTES

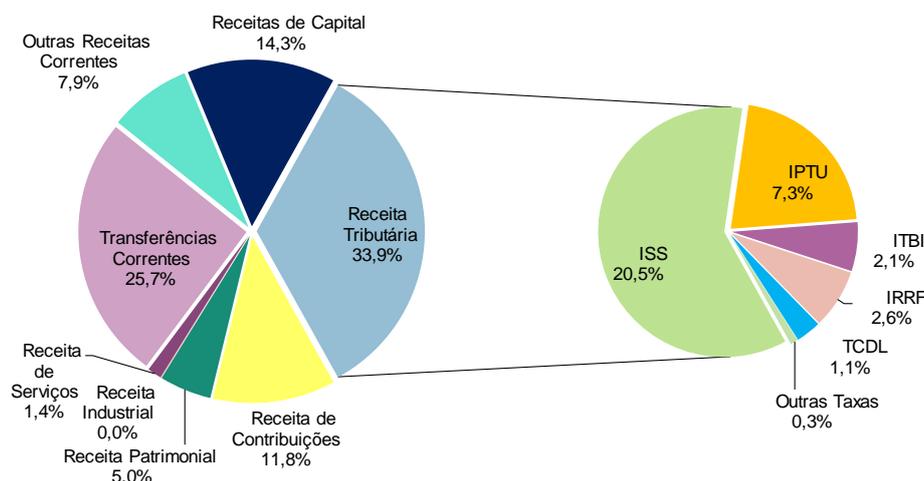
As Receitas Correntes, estimadas na LOA 2016 em R\$ 26,5 bilhões, compreendem a Receita Tributária, de Contribuições, Patrimonial, Industrial, de Serviços, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes, representando 85,7% da Receita Total.

As Receitas Correntes realizadas até o 1º quadrimestre de 2016 atingiram R\$ 9,0 bilhões frente aos R\$ 8,0 bilhões arrecadados no mesmo período de 2015 - variação de 12,7%. Destacam-se nesse grupo as Outras Receitas Correntes e as Receitas Tributárias com incrementos de R\$ 421,9 milhões e R\$ 243,0 milhões, respectivamente.

### III.1.1) RECEITA TRIBUTÁRIA

O Gráfico III desagrega a composição percentual da Receita Tributária.

GRÁFICO III - COMPOSIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA  
ESTIMATIVA DA LEI ORÇAMENTÁRIA 2016 (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)



A tabela a seguir apresenta os valores dos componentes da Receita Tributária.

TABELA VI - RECEITA TRIBUTÁRIA POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Em R\$ milhões

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES			
	JANEIRO A ABRIL			
	2015	2016	Var. Nominal	% Var. Nom.
Receita Tributária	3.688,2	3.931,2	243,0	6,6
IPTU	1.209,2	1.319,8	110,5	9,1
IRRF	199,6	289,9	90,4	45,3
ITBI	199,9	174,3	-25,5	-12,8
ISS	1.843,3	1.893,8	50,5	2,7
TCDL	198,5	213,3	14,8	7,4
Outras Taxas	37,6	40,1	2,4	6,4

Fonte: RREO 1º E 2º BIMESTRES DE 2015 E 2016

#### III.1.1.1) IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

A arrecadação do ISS no 1º quadrimestre de 2016 atingiu R\$ 1,9 bilhão, enquanto que no mesmo período de 2015 foi arrecadado R\$ 1,8 bilhão - crescimento de 2,7% (R\$ 50,5 milhões).

#### III.1.1.2) IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU

Totalizou R\$ 1,3 bilhão, enquanto que no mesmo período de 2015 foi arrecadado R\$ 1,2 bilhão - crescimento de 9,1%.

Vale mencionar que o IPTU é um tributo que reflete, basicamente, a inflação passada (IPCA-E).

---

### **III.1.1.3) IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE BENS IMÓVEIS - ITBI**

Atingiu R\$ 174,3 milhões, enquanto que no mesmo período de 2015 foram arrecadados R\$ 199,9 milhões (retração de 12,8%).

Vale registrar que variação deste tributo depende de variáveis de mercado - volume de transações imobiliárias e seus respectivos preços -, e da alíquota vigente sobre as transações (legislação tributária).

### **III.1.1.4) IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE**

O IRRF atingiu, nos primeiros quatro meses de 2016, R\$ 289,9 milhões, enquanto que no mesmo período de 2015 foram arrecadados R\$ 199,6 milhões (elevação de 45,3%).

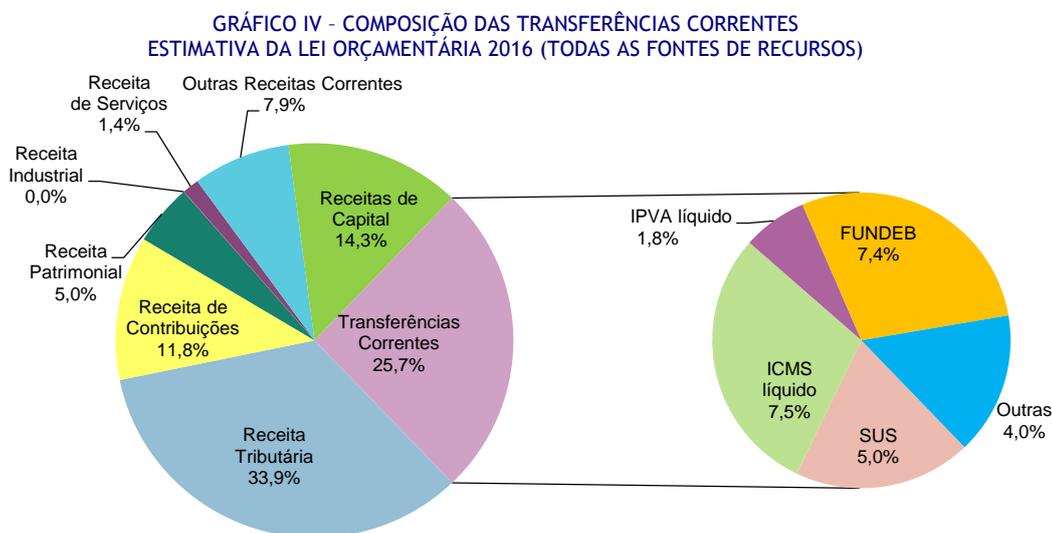
Essa receita compreende, principalmente, o recolhimento de imposto de renda sobre a folha de pagamento mensal do Poder Executivo e sobre o bônus proveniente do Acordo de Resultados (Meritocracia).

### **III.1.2) TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**

Maior participação na Receita Total depois da Receita Tributária, as Transferências Correntes contemplam os ingressos de recursos provenientes da União, do Estado e de convênios correntes, entre outros. A maior parte destas transferências é de natureza obrigatória (repartição constitucional de receitas tributárias entre os entes da federação), sendo as transferências de natureza voluntária (e.g. convênios) menos expressivas em termos de arrecadação.

No caso dos repasses de tributos federais e estaduais, o comportamento das parcelas transferidas ao Município relaciona-se aos efeitos da atividade econômica sobre a arrecadação de tais entes (Estado do Rio de Janeiro e União), além de critérios específicos de repasse.

Cabe ressaltar que o nível de arrecadação própria do Município do Rio de Janeiro desconcentra receita e fornece graus de liberdade adicionais ao manejo orçamentário, como se pode observar no Gráfico IV a seguir.



As Transferências Correntes totalizaram R\$ 2,8 bilhões até o 1º quadrimestre de 2016 - crescimento de 7,1%.

TABELA VII - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Em R\$ milhões

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES			
	JANEIRO A ABRIL			
	2015	2016	Var. Nominal	Var. %
<b>Transfer. Correntes</b>	<b>2.592,9</b>	<b>2.778,1</b>	<b>185,2</b>	<b>7,1</b>
Intergovernamentais	2.588,2	2.732,4	144,2	5,6
FPM líquido	68,6	66,0	-2,6	-3,8
SUS	478,3	478,2	-0,1	-0,0
ICMS líquido	611,8	640,6	28,8	4,7
IPVA líquido	392,1	484,8	92,7	23,6
IPI-EXP líquido	14,4	15,4	1,0	7,1
Royalties	69,9	51,5	-18,4	-26,3
FUNDEB	753,2	803,0	49,8	6,6
Salário-Educação	171,1	142,6	-28,5	-16,6
Outras	28,8	50,3	21,5	74,6
Instituições Privadas	0,0	0,0	0,0	-
Exterior	0,0	0,0	0,0	-
Convênios	4,7	45,7	41,0	874,4

Fonte: RREO 1º E 2º BIMESTRES DE 2015 E 2016

A seguir, alguns comentários.

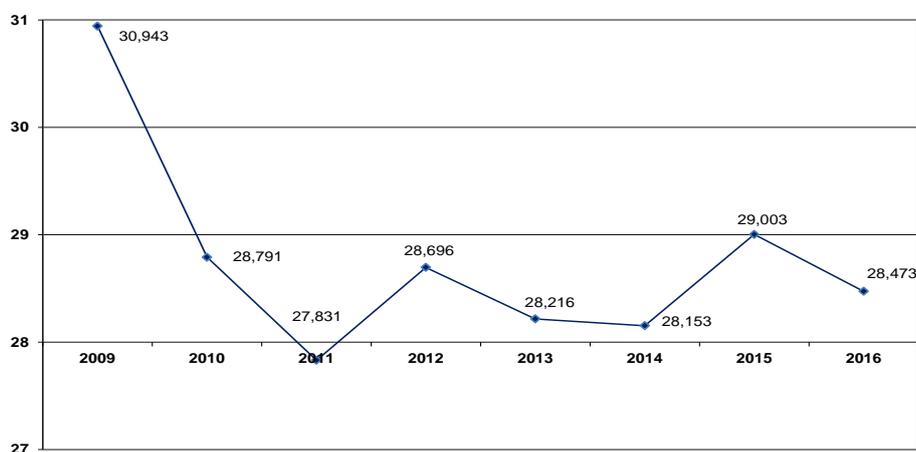
- **FPM** – Arrecadou R\$ 66,0 milhões, enquanto que no mesmo período de 2015 foram arrecadados R\$ 68,6 milhões (retração de 3,8%).  
O FPM é uma transferência da União composta por recursos do IPI e do Imposto de Renda - líquido da parcela do Município para composição do FUNDEB.
- **SUS** – No 1º quadrimestre de 2016 atingiu R\$ 478,2 milhões, enquanto que no mesmo período de 2015 foram arrecadados R\$ 478,3 milhões, denotando virtual estabilidade.

A transferência de recursos do SUS está relacionada aos valores determinados pelo Ministério da Saúde para as diferentes especialidades clínicas, sendo ainda influenciada pelo número de leitos oferecidos pela rede municipal de hospitais, clínicas da família e UPAs.

- **ICMS** – Totalizou R\$ 640,6 milhões, enquanto que no mesmo período de 2015 foram arrecadados R\$ 611,8 milhões (crescimento de 4,7%).

Vale a pena comentar que o Governo do Estado do Rio de Janeiro calcula, anualmente, o IPM (Índice de Participação do Município) para apurar o valor de repasse dos 25% da arrecadação do ICMS que caberá aos municípios fluminenses. No caso do Município do Rio de Janeiro, esses índices podem ser observados no Gráfico V.

GRÁFICO V - EVOLUÇÃO DO IPM DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO  
2009 A 2016



- **IPVA** – Atingiu R\$ 484,8 milhões, enquanto que no mesmo período de 2015 foram arrecadados R\$ 392,1 milhões (elevação de 23,6%), sendo esse crescimento fruto de reajustes de tabelas e descontos promovidos pelo Governo do Estado na cobrança 2016.
- **ROYALTIES DO PETRÓLEO** – Totalizou R\$ 51,5 milhões, enquanto que no mesmo período de 2015 foram arrecadados R\$ 69,9 milhões (diminuição de 26,3%).

Cabe mencionar que a transferência de royalties do petróleo ao Município é função de fatores externos como a trajetória de preços do barril de petróleo, a taxa de câmbio e a produção física nos campos de extração em que o Município recebe tal participação.

- **FUNDEB** – Atingiu, no 1º quadrimestre de 2016, R\$ 803,0 milhões, enquanto que no mesmo período de 2015 foram arrecadados R\$ 753,2 milhões, denotando crescimento de 6,6%, equivalente a R\$ 49,8 milhões.

Compõem a base do Fundo as cotas-partes das transferências do FPM, ICMS, IPVA, IPI-Ex, Desoneração do ICMS nas Exportações - LC 87/96 (Lei Kandir), ITR, ITCM e FPE, sendo que mais de 80% da composição do FUNDEB se deve à cota-parte do ICMS. O aumento nas receitas do

FUNDEB está diretamente relacionado à trajetória de aumento da cobertura da rede municipal de educação, principalmente no que se refere aos Espaços de Desenvolvimento Infantil - EDI.

- **SALÁRIO EDUCAÇÃO** – Totalizou R\$ 142,6 milhões, enquanto que no mesmo período de 2015 foram arrecadados R\$ 171,1 milhões (retração de 16,6%). Essa retração se justifica principalmente pelo fato de em janeiro de 2015 ter ocorrido um repasse a mais do que o calendário normal, com intuito de regularizar repasses de competências anteriores.

### III.1.3) DEMAIS RECEITAS CORRENTES

#### III.1.3.1) RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES

No 1º quadrimestre de 2016, a Receita de Contribuições atingiu R\$ 1,1 bilhão, enquanto que no mesmo período de 2015 foram arrecadados R\$ 972,7 milhões (elevação de 11,3%).

Estas Contribuições se dividem Sociais e Econômica. As Sociais compreendem a Contribuição dos Servidores (alíquota de 11%) para o custeio do seu sistema próprio de previdência, a Contribuição Patronal (alíquota de 22%), a Contribuição Patronal Suplementar (lei 5.300/2011) e os recursos aportados pelo Tesouro Municipal e pelos servidores para a formação do Fundo de Assistência à Saúde do Servidor - FASS. A Contribuição Econômica é a COSIP.

- **Contribuição Patronal** – Atingiu R\$ 309,6 milhões, enquanto que no mesmo período de 2015 foi de R\$ 275,1 milhões (crescimento de 12,6%).
- **Contribuição dos Servidores** – Neste quadrimestre foi R\$ 154,7 milhões, enquanto que no mesmo período de 2015 totalizou R\$ 135,8 milhões (incremento de 13,9%).
- **Contribuição Suplementar** – Atingiu R\$ 471,8 milhões contra R\$ 419,2 milhões no mesmo período de 2015 (elevação de 12,5%).
- **FASS** – Totalizou R\$ 51,7 milhões, enquanto que no mesmo período de 2015 foram arrecadados R\$ 48,5 milhões em valores correntes.

A comparação entre os dois períodos indica um crescimento nominal de 6,7%, equivalente a R\$ 3,2 milhões.

- **COSIP** – Arrecadou R\$ 94,5 milhões neste 1º quadrimestre contra R\$ 94,1 milhões no mesmo período de 2015, em virtual estabilidade.

A Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP), instituída pela Lei Nº 5.132 de 21 de dezembro de 2009 é cobrada pela concessionária de distribuição de energia elétrica com base no consumo e repassada mensalmente ao Município.

#### III.1.3.2) RECEITA PATRIMONIAL

Atingiu R\$ 350,1 milhões, enquanto que no mesmo período de 2015 foi de R\$ 285,3 milhões (incremento de 22,7%).

Esta receita é composta por:

- **Receitas de Valores Mobiliários** - Totalizaram R\$ 262,0 milhões contra R\$ 215,5 milhões em 2015 (elevação de 21,6%).

Esse resultado é fruto do aumento da taxa SELIC incidente sobre os saldos aplicados, apesar de eles, no primeiro quadrimestre de 2016, terem sido, em média, 3,2% menores do que os aplicados no mesmo período do exercício anterior. A média da taxa SELIC no 1º quadrimestre de 2016 foi de 14,15% a.a. enquanto que a do mesmo período de 2015 foi de 12,31% a.a., no contexto da Política anti-inflacionária do Banco Central.

- **Outras Receitas Patrimoniais** - A arrecadação destas receitas atingiu R\$ 88,2 milhões, enquanto que no mesmo período de 2015 foram arrecadados R\$ 69,8 milhões (crescimento de 26,4%).

### III.1.3.3) RECEITA INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS

A Receita Industrial totalizou R\$ 2,9 milhões, enquanto que no mesmo período de 2015 arrecadou R\$ 2,0 milhões, em crescimento de 45,2%. Já a Receita de Serviços atingiu R\$ 91,1 milhões, contra R\$ 101,2 milhões arrecadados nos primeiros quatro meses de 2015 (elevação de 10,0%).

A maior parte destas receitas é de natureza intraorçamentária, ou seja, como valores pagos entre órgãos da Prefeitura pelo Tesouro Municipal pela prestação de serviços da administração indireta em unidades municipais (e.g.: limpeza feita em escolas e unidades de saúde; serviços realizados pela imprensa oficial, entre outros).

### III.1.3.4) OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Totalizaram R\$ 788,8 milhões, enquanto que no mesmo período de 2015 foram de R\$ 366,9 milhões (crescimento de 115,0%).

A Tabela VIII mostra este comportamento.

TABELA VIII - OUTRAS RECEITAS CORRENTES POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Em R\$ milhões

Discriminação	VALORES CORRENTES			
	JANEIRO A ABRIL			
	2015	2016	Var. Nominal	Var. %
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>366,9</b>	<b>788,8</b>	<b>421,9</b>	<b>115,0%</b>
Multas e Juros de Mora	155,5	167,7	12,2	7,9%
Indenizações e Restituições	70,5	52,7	-17,9	-25,3%
Dívida Ativa	70,7	83,6	12,9	18,3%
Receitas Diversas	70,1	484,8	414,7	591,7%

Fonte: RREO 1º E 2º BIMESTRES DE 2015 E 2016

Cabe ressaltar que, no exercício atual, o desempenho de Outras Receitas Correntes foi impactado, principalmente, pelo aumento na arrecadação das Receitas Diversas.

- **Multas e Juros de Mora** - Atingiram R\$ 167,7 milhões contra R\$ 155,5 milhões nos primeiros quatro meses de 2015 (variação de 7,9%).

Este grupo inclui multas e moras sobre débitos em fase administrativa (SMF) e também em fase de cobrança de dívida ativa pela Procuradoria Geral do Município.

- **Indenizações e Restituições** - Este grupo arrecadou R\$ 52,7 milhões contra os R\$ 70,5 milhões do ano passado (-25,3%). O principal motivo para esta redução foi a receita de Compensação Previdenciária do FUNPREVI (repassada majoritariamente pelo INSS por conta da incorporação de ex-funcionários federais ao regime municipal), que arrecadou R\$ 47,8 milhões frente aos R\$ 61,2 milhões de 2015.
- **Dívida Ativa** - Totalizou R\$ 83,6 milhões, enquanto que no mesmo período de 2015 foi de R\$ 70,7 milhões (incremento de 18,3%).

Destaque-se que esta rubrica não inclui as multas e juros de mora cobrados juntamente com o principal de débitos já inscritos em dívida ativa.

- **Receitas Diversas** - Atingiu R\$ 484,8 milhões contra R\$ 70,1 milhões em 2015 (crescimento de 591,7%). Os principais itens em 2016 foram as liberações de R\$ 226 milhões em Depósitos Judiciais Tributários e Não Tributários por força da nova lei federal que regulamenta essas operações (Lei Complementar 151/2015), os repasses intraorçamentários das receitas de royalties do Tesouro para o Funprevi no montante de R\$ 190 milhões e as receitas de contrapartidas urbanísticas no montante de R\$ 54 milhões.

## III.2) RECEITAS DE CAPITAL

Neste quadrimestre totalizaram R\$ 1,4 bilhão, mostrando crescimento de 66,5% em relação aos R\$ 821,2 milhões arrecadados.

Estas receitas compreendem Operações de Crédito, Alienação de Bens, Amortização de Empréstimos, Transferências de Capital e Outras Receitas de Capital.

### III.2.1) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Atingiram R\$ 1,0 bilhão, contra os R\$ 598,9 milhões de 2015 (elevação de 71,4%).

Neste grupo de Receitas, destaca-se o ingresso de R\$ 841,4 milhões referentes à operação de crédito firmada com o BNDES para Melhoria da Infraestrutura de Mobilidade Urbana.

### III.2.2) ALIENAÇÃO DE BENS

No 1º quadrimestre de 2016, atingiu R\$ 1,6 milhão (elevação de 3,2% em relação ao R\$ 1,5 milhão arrecadado em 2015).

### III.2.3) AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

A arrecadação da Amortização de Empréstimos Imobiliários concedidos pelo PreviRIO aos servidores municipais no 1º quadrimestre de 2016 atingiu R\$ 28,2 milhões, enquanto que no mesmo período de 2015 foram arrecadados R\$ 27,8 milhões em valores correntes.

A comparação entre os dois períodos indica um crescimento nominal de 1,6%, equivalente a R\$ 452 mil.

### III.2.4) TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

A arrecadação das Transferências de Capital no 1º quadrimestre de 2016 atingiu R\$ 310,9 milhões, enquanto que no mesmo período de 2015 foram arrecadados R\$ 193,0 milhões em valores correntes.

A comparação entre os dois períodos indica um crescimento nominal de 61,1%, equivalente a R\$ 117,9 milhões.

São basicamente recursos provenientes de transferências federais, previstas na rubrica Convênios, onde se destacam os ingressos para implantação do Sistema de Veículo Leve Sobre Trilhos na Área Central da Cidade (R\$112,9 milhões), do Complexo Esportivo de Deodoro (R\$ 72,8 milhões), do Estádio Aquático do Parque Olímpico da Barra (R\$ 35,2 milhões) entre outros.

## IV) DESPESA MUNICIPAL

### IV.1) DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

A Tabela abaixo apresenta a execução orçamentária do 1º quadrimestre de 2016, e o gráfico seguinte mostra a participação de cada grupo de despesa no total liquidado neste período.

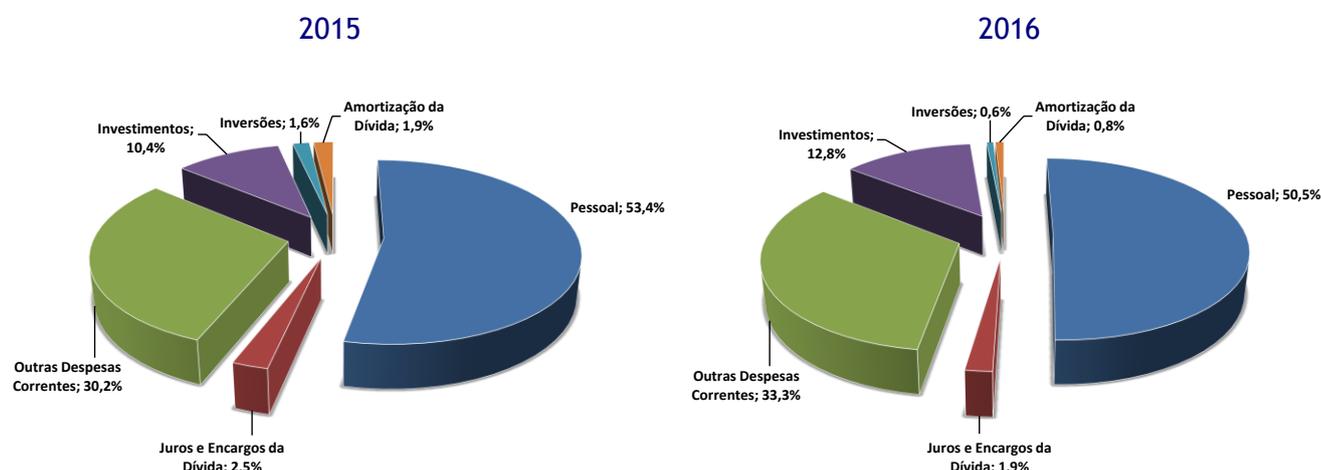
TABELA IX - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS POR CATEGORIA ECONÔMICA  
1º QUADRIMESTRE DE 2015 E 2016 (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Em R\$ Milhões

Categoria Econômica	Grupo de Despesas	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO 1º QUADRIMESTRE DE 2016			
		2015 (A)	2016 (B)	Var. B-A	Var. % (B)/(A)
<b>Despesas Correntes</b>	Pessoal e Encargos Sociais	3.719,3	4.309,5	590,2	15,9%
	Juros e Encargos da Dívida	175,4	161,6	(13,8)	-7,9%
	Outras Despesas Correntes	2.098,6	2.846,1	747,5	35,6%
<b>Despesas Correntes</b>		<b>5.993,2</b>	<b>7.317,1</b>	<b>1.323,9</b>	<b>22,1%</b>
<b>Despesas de Capital</b>	Investimentos	722,6	1.094,9	372,3	51,5%
	Inversões	112,3	55,5	(56,8)	-50,6%
	Amortização da Dívida	132,3	71,6	(60,7)	-45,9%
<b>Despesas de Capital</b>		<b>967,1</b>	<b>1.222,0</b>	<b>254,8</b>	<b>26,4%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>6.960,4</b>	<b>8.539,1</b>	<b>1.578,7</b>	<b>22,7%</b>

Fonte: Balanço Orçamentário (RREO - Anexo I)

GRÁFICO VI - PARTICIPAÇÃO DE CADA GRUPO DE DESPESA NO TOTAL LIQUIDADO NO 1º QUADRIMESTRE (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)



O total liquidado no 1º quadrimestre de 2016 foi de R\$ 8,5 bilhões, 22,7% acima do liquidado no mesmo período de 2015. Esta variação de R\$ 1,6 bilhão ocorreu, principalmente, em razão do aumento das Despesas Correntes. A seguir, alguns comentários:

Na Despesa de Pessoal, observa-se aumento de R\$ 590,2 milhões, correspondendo a 15,9%. Destacam-se, principalmente, os efeitos da reposição da inflação, o Acordo de Resultados (em 2015 o impacto se concentrou no segundo quadrimestre - distorcendo a base de comparação) e a implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos funcionários da Secretaria Municipal de Educação.

Em relação aos Juros e Encargos da Dívida observa-se um decréscimo de R\$ 13,8 milhões (7,9%) em relação a 2015 - vide seção VI.2 Dívida Financeira.

Em relação às Outras Despesas Correntes houve um acréscimo de 35,6% em 2016, o que equivale a um aumento de R\$ 747,5 milhões. Destaca-se, principalmente, o crescimento de R\$ 384,4 milhões com despesas de manutenção das unidades de saúde (por conta da municipalização de dois hospitais da Zona Oeste anteriormente geridos pelo Governo do Estado) e de R\$ 190,0 milhões com a capitalização do FUNPREVI (repasse de royalties municipais previsto na Lei 5300/2011).

No tocante às Despesas de Capital, a rubrica Investimentos mostra acréscimo de 51,5% quando comparado a 2015. Destacam-se, principalmente, o incremento no BRT Transbrasil, no BRT Transolímpica e nos Parques Olímpicos da Barra e Deodoro.

Nas Inversões Financeiras, houve um decréscimo de R\$ 56,8 milhões (50,6%) no 1º quadrimestre de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse recuo refere-se à diminuição do ritmo do aporte de capital na Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro

- CDURP (Porto Maravilha) para as obras de extensão do túnel fora da área de abrangência do Porto Maravilha.

Quanto ao grupo Amortização da Dívida, observa-se uma redução de 45,9% (R\$ 60,7 milhões). Essa redução decorre do acordo judicial firmado, em 2015, com a União para a regulamentação da Lei Complementar 148/2014 - vide seção VI.2 Dívida Financeira.

## IV.2) DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

Pela Tabela a seguir, verifica-se que as áreas de Saúde, Educação, Urbanismo (que inclui os BRTs Transolímpica e Transbrasil) e Previdência representam, ao final do 1º quadrimestre de 2016, 70,9% das despesas orçamentárias. As outras funções que apresentaram participações expressivas na composição dos gastos foram: Administração com 8,9% e Encargos Especiais com 5,6%. Estas seis funções totalizaram 85,4% dos gastos do Município.

TABELA X - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO  
1º QUADRIMESTRE DE 2016 - (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)  
Em R\$ Milhões

Função	Liquidado	Composição
<b>EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1º QUADRIMESTRE DE 2016</b>		
ADMINISTRAÇÃO	760,9	8,9%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	242,8	2,8%
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	6,0	0,1%
COMÉRCIO E SERVIÇOS	28,9	0,3%
CULTURA	46,2	0,5%
DESPORTO E LAZER	145,6	1,7%
DIREITOS DA CIDADANIA	1,4	0,0%
EDUCAÇÃO	1.723,7	20,2%
ENCARGOS ESPECIAIS	481,3	5,6%
GESTÃO AMBIENTAL	31,8	0,4%
HABITAÇÃO	24,9	0,3%
INDÚSTRIA	2,4	0,0%
JUDICIÁRIA	29,9	0,3%
LEGISLATIVA	224,8	2,6%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.217,1	14,3%
SANEAMENTO	256,3	3,0%
SAÚDE	1.772,1	20,8%
SEGURANÇA PÚBLICA	125,6	1,5%
TRABALHO	2,3	0,0%
TRANSPORTE	76,2	0,9%
URBANISMO	1.338,9	15,7%
<b>Total geral</b>	<b>8.539,1</b>	<b>100,0%</b>

Ressaltamos que a classificação das despesas por função de governo demonstrada no quadro acima não guarda relação direta com a aplicação dos preceitos constitucionais de aplicação obrigatória de recursos em Educação (25%) e Saúde (15%), cujos cálculos baseiam-se na comparação de gastos nestas áreas com rubricas específicas de Receitas, não refletidos nesta Tabela.

## V) CAPTAÇÃO DE RECURSOS

### V.1) RECURSOS EXTERNOS - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E REPASSE

O destaque do período refere-se à contratação da operação de crédito de suplementação financeira ao Projeto de Melhoria da Infraestrutura Viária e Urbana da Cidade do Rio de Janeiro, firmada com o BNDES, em 26/01/2016.

Esses recursos adicionais, da ordem de R\$ 800 Milhões, serão direcionados para as obras de implantação do Corredor Viário Transolímpico e Via Expressa do Túnel do Porto Maravilha.

O expressivo avanço do cronograma físico-financeiro dessas intervenções, em 2015, resultou na necessidade de antecipação de recursos pelo Município do Rio, no total de R\$ 305,7 Milhões, que foram reembolsados ao Tesouro Municipal após a contratação do empréstimo, e pode ser verificado na Tabela I, a seguir.

TABELA XI - TOTAL DAS CONTRATAÇÕES EFETIVADAS NO 1º QUADRIMESTRE 2016

Em R\$ mil

MOBILIDADE URBANA	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2016			REALIZADO ACUMULADO		
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL
Suplementação Melhoria da Infra. V. e urb. RJ	162.478	800.000	962.478	162.478	641.240	803.718	162.478	641.240	803.718
<b>TOTAL</b>	<b>162.478</b>	<b>800.000</b>	<b>962.478</b>	<b>162.478</b>	<b>641.240</b>	<b>803.718</b>	<b>162.478</b>	<b>641.240</b>	<b>803.718</b>

Fonte: F/SUBTM/ACR.

Com relação aos contratos em andamento, verifica-se uma intensificação dos gastos nesse 1º quadrimestre, o que é, historicamente, incomum. A situação pode ser facilmente explicada pela proximidade dos Jogos Olímpicos, e a necessidade de conclusão tanto das obras de implantação das Arenas esportivas, quanto de infraestrutura e melhoria da mobilidade urbana. A tabela a seguir apresenta, resumidamente, a situação dos contratos externos em andamento.

TABELA XII - TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ANDAMENTO

Em R\$ mil

Modalidade	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2016			REALIZADO ACUMULADO			
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	
Repasse	PAC I - OGU 2007/08/09	88.523	484.524	573.047	80	163	244	86.161	466.133	552.294
	PAC II - OGU 2011/12/13/14	113.726	2.932.052	3.045.777	0	167.691	167.691	83.715	1.632.922	1.716.637
	CTs de Repasse	77	7.571	7.647	0	0	0	0	0	0
		<b>202.326</b>	<b>3.424.146</b>	<b>3.626.472</b>	<b>80</b>	<b>167.854</b>	<b>167.935</b>	<b>169.876</b>	<b>2.099.055</b>	<b>2.268.932</b>
Empréstimo	PAC FGTS - CEF	340.437	994.536	1.334.972	24.409	8.493	32.903	292.120	659.435	951.556
	PAC MOBILIDADE	1.218.110	6.291.389	7.509.499	203.152	1.323.647	1.526.800	1.024.188	4.904.685	5.928.873
	PROAP III - BID *	585.630	585.630	1.171.260	6.298	13.906	20.204	123.274	134.269	257.543
	RIO DE EXCELÊNCIA - BIRD *	63.248	63.248	126.496	19	19	38	219	219	438
		<b>2.207.424</b>	<b>7.934.803</b>	<b>10.142.227</b>	<b>233.879</b>	<b>1.346.066</b>	<b>1.579.944</b>	<b>1.439.801</b>	<b>5.698.608</b>	<b>7.138.409</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.409.750</b>	<b>11.358.949</b>	<b>13.768.699</b>	<b>233.959</b>	<b>1.513.920</b>	<b>1.747.879</b>	<b>1.609.678</b>	<b>7.797.663</b>	<b>9.407.341</b>	

\* PTAX 3,9042 (31/12/2015)

Fonte: F/SUBTM/ACR.

As tabelas com os detalhes da destinação dos recursos encontram-se em anexo ao final deste documento.

## VI) ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE CAIXA E DÍVIDA

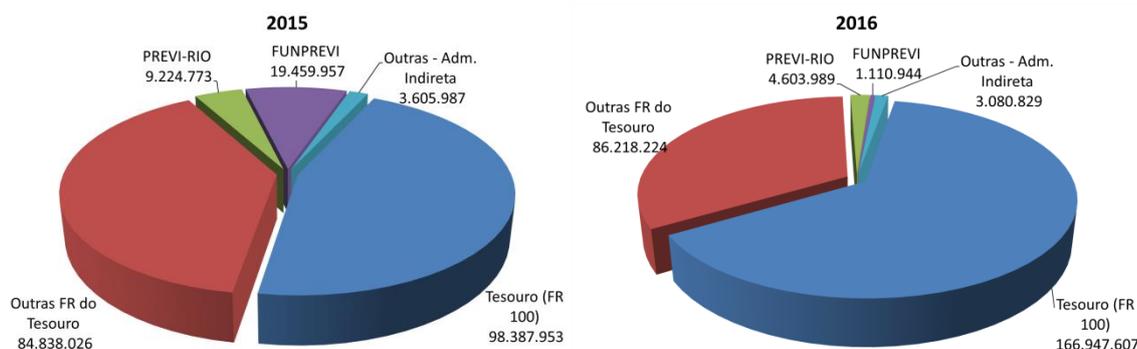
### VI.1) APLICAÇÃO FINANCEIRA DO CAIXA

O Tesouro Municipal mantém aplicação financeira do caixa da Administração Direta em ativos de baixo risco de crédito, principalmente através de fundos de investimentos exclusivos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), títulos públicos federais - neste caso apenas por meio de operações compromissadas neles lastreadas e Certificados de Depósito Bancário (CDB) da Caixa Econômica Federal (CEF). Por fim, são mantidos, ainda, depósitos em poupança em bancos públicos federais para alguns casos de recursos transferidos de outros entes (Estado e União) em que há aplicação obrigatória nesta modalidade. A política de investimentos do Município está normatizada por meio da Resolução SMF nº 2.672/2011.

Os recursos financeiros das empresas, autarquias e fundações com tesouraria própria são administrados pelas Diretorias Financeiras de cada entidade, sendo determinada a aplicação nos fundos de investimentos utilizados pelo Tesouro Municipal ou em produtos de mesmo risco de crédito. Por seu turno, as entidades administradas pelo Previ-Rio (incluindo Funprevi e FASS) possuem política de investimento própria, aprovada pelo seu Conselho de Administração, dada a especificidade do setor previdenciário, que possui regulamentação específica e previsão de independência da gestão em relação ao patrocinador.

O total de receita financeira apurada pelo Município neste 1º quadrimestre de 2016 foi de R\$ 262,0 milhões (21,6% maior do que em 2015), sendo R\$ 253,2 milhões apurados pela Administração Direta (38,2% maior do que em 2015) e R\$ 8,8 milhões pela Administração Indireta (incluindo R\$ 5,7 milhões das entidades previdenciárias).

#### Receitas Financeiras (R\$)



A carteira total de ativos do Tesouro, excetuando as aplicações em poupança, que está concentrada em ativos de curto prazo, apresentou uma rentabilidade média ponderada pelos

saldos diários de 99,89% da Selic nos dois períodos comparados, a despeito da diferença nos saldos médios aplicados, de R\$ 4,2 bilhões em 2016 e de R\$ 4,3 bilhões em 2015.

Os fundos de investimentos exclusivos, administrados por instituições oficiais líderes no mercado de administração de recursos, registraram uma rentabilidade média ponderada pelos saldos diários de 99,80% da SELIC, enquanto que no mesmo período de 2015 foi de 99,86% da SELIC. Ressalta-se que os saldos médios no período de Janeiro a Abril de 2016 foi de R\$ 3,8 bilhões, enquanto que no mesmo período de 2015 foi de R\$ 4,1 bilhões, representando um decréscimo de 7,9%. Tal fato explica a redução da rentabilidade, pois esses fundos exclusivos possuem taxa de administração escalonada de acordo com o patrimônio do fundo, quanto maior o saldo aplicado menor a taxa de administração.

O Tesouro Municipal mantém aplicações em CDB da Caixa Econômica Federal com liquidez diária e rentabilidade escalonada conforme prazo aplicado. Neste 1º quadrimestre de 2016 (entre 01/01/16 e 30/04/16) apresentou uma rentabilidade média de 102,31% da SELIC e saldo médio de R\$ 354,1 milhões, enquanto que em 2015 foi de 100,54% da SELIC e saldo médio de R\$ 253,1 milhões (entre 11/02/15 e 30/04/15).

A média da taxa Selic neste 1º quadrimestre (14,15% aa) foi consideravelmente maior do que o 1º quadrimestre de 2015 (12,31% aa), tendo em vista a Política Monetária adotada pelo Governo Federal de aumento de juros para conter a inflação, contribuindo significativamente com o aumento da receita financeira.

## VI.2) DÍVIDA FINANCEIRA

A dívida bruta financeira atingiu R\$ 10,1 bilhões, distribuídos pelos credores abaixo:

TABELA XIII - ESTOQUE DA DÍVIDA BRUTA FINANCEIRA

Credor	Saldo em R\$ Mil (30/04/2016)	Encargos Médios Anuais (1)	Último vencimento
Banco Mundial- DPL(1 contrato)	3.540.726	US\$ + 3,62%	2040
BNDES (3 contratos)	3.486.692	TJLP + 1,35%	2031
BNDES (2 contratos)	977.199	IPCA + 8,74%	2024
CEF (47 contratos)	1.238.128	UPR + 8,41%	2038
União em US\$ (2 contratos)	85.185	US\$ + 4,63%	2024
CEF/União em US\$ (1 contrato)	76.870	US\$ + 1,97%	2029
BID (4 contratos)	714.145	US\$ + 3,96%	2037
Banco Mundial (1 contrato)	496	US\$ + 1,23%	2033
Eletrobrás (1 contrato-Reluz)	1.307	IPCA-E + 9,50%	2015
<b>Total (62 contratos)</b>	<b>10.120.748</b>	<b>Taxa de Juros Média = 3,94%</b>	<b>Duration Média = 7 anos</b>

(1) Os Encargos Médios incluem os indexadores nominais, taxa de juros, comissões e encargos de risco de crédito.



Foram recebidos no 1º quadrimestre de 2016 recursos de operações de crédito no montante de R\$ 1,0 bilhão, sendo aproximadamente R\$ 844,0 milhões de operações internas contratadas junto ao BNDES (Transporte, PMAT) e R\$ 182,0 milhões da CEF (Saneamento para Todos, Pró-Moradia, Transporte, TransBrasil).

Ao longo deste e dos próximos exercícios ocorrerão liberações complementares dos financiamentos já assinados na data deste relatório, num montante total aproximado de R\$ 2,0 bilhões - a serem agregados ao montante da dívida bruta financeira. Este montante inclui saldos a receber para as obras de urbanização popular, de macro-drenagem e saneamento de Jacarepaguá e Santa Cruz e dragagem de rios (Rio Joana) na região do Maracanã (CEF - total de R\$ 340,0 milhões); US\$ 95,0 milhões do Programa de Urbanização apoiado pelo contrato do BID; R\$ 717,0 milhões para o corredor de transportes TransBrasil do financiamento com a CEF; Programa Pró-Transporte (CEF - R\$ 373 milhões); US\$ 16,0 milhões do Projeto Rio de Excelência assinado com o BIRD, R\$ 86,0 milhões do Programa Estruturador de Transporte Urbano do contrato assinado com o BNDES em maio/2014 (já liberados até abr/2016 R\$ 2,6 bilhões) e R\$ 107,0 milhões da complementação do Programa Estruturador de Transporte Urbano, assinado com o BNDES em jan/2016 (já liberados até abr/2016 R\$ 693,0 milhões). O perfil financeiro de todas estas novas operações prevê vencimentos de longo prazo, com pagamentos periódicos e taxas de juros vantajosas em relação ao mercado nacional, evitando concentrações de dispêndios.

A economia de gastos com o empréstimo com o Banco Mundial, concluído em 2011 e que permitiu a redução nos juros pagos à União, totaliza R\$ 1,5 bilhão desde o desembolso da primeira parcela pelo Banco, ocorrido em agosto de 2010.

Todos os indicadores de endividamento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da MP 2185-35 (que rege as renegociações de dívidas dos municípios com a União) apresentaram expressiva melhora desde o início da atual Administração em 2009. Conforme demonstrado pela tabela abaixo, o Município cumpre com folga os limites de endividamento da LRF e da MP 215-35. Cabe salientar que a redução dos percentuais em abr-2016, refere-se aos efeitos da LC 148/2014, regulamentada pelo Decreto Federal 8.616/2015, que reduziu o estoque da dívida com a União em aproximadamente R\$ 6,7 bilhões (vide comentário abaixo).

TABELA XIV - INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

Ato	Indicador	Limite	MRJ 2008	MRJ 2015	MRJ abr-2016
Resolução Senado 40/2001	Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida (RCL) anual	120%	58% / 79%(*)	75,86%	30,81%
Resolução Senado 43/2001	Média do serviço anual da dívida até 2027 / RCL anual	11,5%	10,49%	8,55%	5,52%
MP 2185-35	Dívida Contratual Bruta total / Receita Líquida Real (RLR) anual	100%	118%	104%	63%

OBS: Os valores apresentados no contrato de dívida com a União consideravam juros anuais de 9,0% acima do IGP-DI até 2009, patamar efetivamente cobrado ao Município pelo Tesouro Nacional até 2010. A partir de agosto de 2010, tal taxa de juros foi reduzida para 7,5% em virtude do pré-pagamento parcial realizado pelo Município com recursos do Banco Mundial e as ações judiciais à época existentes (iniciadas em exercícios anteriores), com pleito de redução de tais juros para 6,0% ao ano, foram encerradas. Em novembro de 2011, o recebimento da segunda parcela do Banco Mundial acarretou nova amortização junto à União e a taxa de juros passou a ser, definitivamente, de 6,0%.

(\*) Em 2008, o limite foi computado como 58%, mas utilizando-se o total de Disponibilidades de Caixa e Haveres Financeiros do Regime Previdenciário como parte do Caixa Total da PCRJ que abate a Dívida. Essa prática não é mais realizada no MRJ. Assim, o número de dez/08 para fins de comparação com os períodos mais recentes deve ser interpretado como 79%.

Em relação à dívida com a União, a Lei Complementar 148 de 25/11/2014 afeta diretamente a dívida do MRJ contraída ao amparo da MP 2185-35/2001, cujo saldo devedor sem os efeitos da citada Lei totalizaria R\$ 6,7 bilhões ao custo original de IGP-DI + 6,0%. O Artigo 3º da citada Lei prevê desconto nessa dívida, correspondente à diferença entre o montante do saldo devedor existente em 1º de janeiro de 2013 e aquele apurado utilizando-se a variação acumulada da taxa SELIC desde a assinatura dos respectivos contratos, observadas todas as ocorrências que impactaram o saldo devedor no período. Nesse caso, a dívida carioca seria recalculada para R\$ 1,2 bilhão em 1º de janeiro de 2013.

Adicionalmente, as novas condições financeiras previstas no Artigo 2º da referida Lei (IPCA + 4% ao ano) devem retroagir a 1º de janeiro de 2013 e serem aplicadas a esse saldo recalculado de R\$ 1,2 bilhão. Comparando as prestações efetivamente pagas de janeiro de 2013 a fevereiro de 2015 (entre R\$ 50,0 e R\$ 55,0 milhões por mês) com aquelas que seriam pagas nas condições desta nova Lei (cerca de R\$ 9,0 milhões por mês), acumulam-se 26 meses de pagamentos a maior, gerando um abatimento adicional da dívida do MRJ. Assim, o saldo devedor em março de 2015 passou a ser de apenas R\$ 29,0 milhões. Esse saldo de R\$ 29 milhões foi quitado por meio de depósito judicial em 31 de março de 2015, seguido de acordo judicial assinado com a União, por meio do qual a Cidade depositou em juízo a parcela original da dívida sem os efeitos da LC 148/2014 (cerca de R\$ 55,0 milhões por mês) até janeiro de 2016. O saldo total da conta de depósito judicial, com as devidas atualizações, excluindo-se o valor do depósito inicial de R\$ 29,0 milhões, foi transferido para a conta movimento do Município em 03.02.2016, através de deferimento de ação judicial, no montante de R\$ 635,7 milhões.

Em 29 de dezembro de 2015 a União publicou o Decreto nº 8.616, que regulamenta o disposto na Lei Complementar nº 148/2014. Visto que no Decreto foi incluída aplicação de juros moratórios no recálculo para apurar o saldo devedor em 1º de janeiro de 2013, data de corte definida no decreto da LC 148/2014, o Banco do Brasil, agente financeiro da União, recalculou o saldo devedor para cerca de R\$ 750 milhões, a vencer em 2029 com custo de IPCA + 4% sujeito ao teto Selic. Na data da elaboração deste relatório, as partes estavam concluindo procedimentos para firmar o Termo de Convalidação e o Termo Aditivo com as novas condições.

A tabela a seguir apresenta os ratings atualmente conferidos pelas três principais agências internacionais de classificação de risco para o governo federal e para os governos subnacionais do país. A folga nos limites legais de endividamento vista na tabela acima não foi suficiente para que o Município mantivesse o *investment grade* por todas as principais agências de rating, pois as condições macroeconômicas do país e respectiva retirada do Grau de Investimento da União pesaram negativamente.

No entanto, não podemos deixar de destacar uma informação importante que consta no relatório de avaliação da Standard & Poor's (S&P): *“O rating BB da Cidade do Rio é dois degraus abaixo de seu perfil de crédito individual (SACP, em inglês) avaliado em BBB-. O SACP não é um rating, mas um meio de avaliar a qualidade de crédito intrínseca baseando-se na premissa de que não há nenhum limite por parte do soberano. Consideramos que o perfil de crédito da Cidade do Rio é mais forte que o de seus pares nacionais.”* Assim, pela avaliação SACP, o Município do Rio ainda seria Investment Grade, uma vez que a classificação mínima para o investment grade pela S&P é BBB-.

TABELA XV - RATINGS DE GOVERNOS NO BRASIL (ESCALA INTERNACIONAL) - Julho de 2016

FITCH	MOODY'S	STANDARD AND POOR'S
BB: União, Mun. RJ, Mun. SP, Est SP, PR, SC BB-: Est. MA B-: Est. RJ	Ba2: União, Mun. RJ e Estado SP Ba3: BH, Estados do PR, MA e MG	BB: União, Mun. RJ e Estados SP, SC BB-: MG B-: RJ

Fonte: *Websites* das respectivas agências. Os níveis mínimos para classificação de Grau de Investimento são BBB- (Fitch e Standard and Poor's) e Baa3 (Moody's).

## VII) GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

A Superintendência de Patrimônio Imobiliário, atualmente vinculada à Secretaria Especial de Concessões e Parcerias Público-Privadas (SECPAR), realiza a administração do patrimônio imobiliário da administração direta (não incluindo os imóveis do FUNPREVI e PREVIRIO)<sup>1</sup>, sendo responsável pela cobrança das receitas provenientes de sua utilização, bem como pela seleção e promoção das alienações autorizadas em leis específicas.

<sup>1</sup> Os valores reportados nas tabelas deste relatório se referem ao total patrimônio imobiliário do Município.

Importantes iniciativas de modernização desta gestão, financiadas com recursos do PMAT III (BNDES), foram concluídas, destacando-se um cadastramento completo dos imóveis municipais e um novo sistema de gestão patrimonial, que trarão benefícios relevantes para esta área.

Em termos da arrecadação, os principais destaques são:

**Alienações de Bens** – Receita obtida com a venda de imóveis e investidas. A arrecadação atingida foi de R\$ 1,6 milhão no quadrimestre, superando em 54% o obtido no mesmo período do exercício anterior, em valores reais.

**Outras Receitas Patrimoniais** – Grupo composto por receitas provenientes de aluguéis, foros, laudêmos, concessões e permissões de uso, etc. A arrecadação atingiu o montante de R\$ 65,4 milhões, o que representa uma variação real negativa de 5,5% sobre o mesmo período de 2015.

## VIII) CONCLUSÃO

A situação fiscal da Prefeitura do Rio de Janeiro no primeiro quadrimestre de 2016 mantém o padrão observado desde 2009: manejo prudente do orçamento público de forma a equilibrar, de forma sustentável, um vigoroso ciclo de investimentos com a expansão e manutenção da qualidade dos serviços prestados à população. Vale recordar que o atual ciclo de investimentos da Prefeitura tem como objetivo fazer com que os jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 sirvam à sociedade, deixando-lhe um legado permanente.

Não se pode deixar de registrar também o grande volume de investimentos cuja materialização já pode ser amplamente percebida pela população, como, por exemplo, o Túnel do Porto Maravilha e as Arenas Olímpicas. Notando que estas arenas são fruto da utilização inteligente das parcerias firmadas entre o Município e a iniciativa privada - as PPPs.

Finalmente, uma evidência da sustentabilidade fiscal do Município, proporcionada pela prudente gestão orçamentária, está consubstanciada na grande folga nos limites legais de endividamento vista na seção VI. No entanto, isto não foi suficiente para que o Município mantivesse o investment grade por todas as principais agências de classificação de risco, pois as condições macroeconômicas do país e respectiva retirada do Grau de Investimento da União pesaram negativamente. Porém, não podemos deixar de destacar uma informação importante que consta no relatório de avaliação da Standard & Poor's (S&P): *“O rating BB da Cidade do Rio é dois degraus abaixo de seu perfil de crédito individual (SACP, em inglês) avaliado em BBB-. O SACP não é um rating, mas um meio de avaliar a qualidade de crédito intrínseca baseando-se na premissa de que não há nenhum limite por parte do soberano. Consideramos que o perfil de crédito da Cidade do Rio é mais forte que o de seus pares nacionais.”* Assim, pela avaliação SACP, o Município do Rio ainda seria Investment Grade, uma vez que a classificação mínima para ele é BBB-.

## ANEXO

Tabela I - PAC I e II

PAC I - OGU CEF 2007/2008/2009	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2016			REALIZADO ACUMULADO		
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL
	Em R\$ mil								
<i>Urbanização de Áreas</i>									
Complexo da Tijuca - <i>concluído</i>	12.891	54.499	67.391	0	0	0	12.891	54.499	67.391
Colônia Juliano Moreira	27.159	82.000	109.159	80	163	244	26.756	79.032	105.788
SOEICON/Centro I/II - <i>concluído</i>	3.133	9.533	12.665	0	0	0	3.133	9.533	12.665
Complexo de Manguinhos	15.125	83.120	98.245	0	0	0	15.110	80.977	96.086
Complexo do Alemão	18.186	93.297	111.484	0	0	0	18.150	90.868	109.018
Vila Catiri - FNHIS - <i>concluído</i>	627	2.921	3.548	0	0	0	627	2.921	3.548
Fazenda Coqueiros-FNHIS	300	3.452	3.752	0	0	0	201	2.243	2.443
Tijuca -FNHIS	3.908	25.868	29.776	0	0	0	2.099	16.228	18.327
<b>SUB-TOTAL Urbanização de Áreas</b>	<b>81.329</b>	<b>354.690</b>	<b>436.019</b>	<b>80</b>	<b>163</b>	<b>244</b>	<b>78.967</b>	<b>336.299</b>	<b>415.266</b>
<i>Saneamento</i>									
Sepetiba - <i>concluído</i>	2.508	13.992	16.500	0	0	0	2.508	13.992	16.500
Lote 1A Jacarepaguá - <i>concluído</i>	4.687	115.842	120.528	0	0	0	4.687	115.842	120.528
<b>SUB-TOTAL Saneamento</b>	<b>7.194</b>	<b>129.834</b>	<b>137.028</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7.194</b>	<b>129.834</b>	<b>137.029</b>
<b>TOTAL PAC I - OGU</b>	<b>88.523</b>	<b>484.524</b>	<b>573.047</b>	<b>80</b>	<b>163</b>	<b>244</b>	<b>86.161</b>	<b>466.133</b>	<b>552.294</b>

PAC II - OGU CEF 2011/2012/2013/2014	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2016			REALIZADO ACUMULADO		
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL
	Em R\$ mil								
Canal Mangue/Trapicheiro	22.675	141.720	164.395	0	0	0	11.106	15.826	26.932
Contenção Encostas 2011	1.870	71.541	73.411	0	676	676	0	59.480	59.480
Morro da Providência - <i>concluído</i>	34.919	48.256	83.175	0	0	0	34.919	48.256	83.175
Chapadão/Chico Mendes	54.262	43.671	97.933	0	0	0	37.690	23.259	60.949
Cont. Encostas Centro/Tijuca 2012	0	96.474	96.474	0	3.050	3.050	0	5.211	5.211
Cont. Encostas Zona Norte 2012	0	123.756	123.756	0	0	0	0	241	241
Cont. Encostas Alemão/Penha 2012	0	83.490	83.490	0	1.270	1.270	0	11.189	11.189
Cont. Encostas Zona Oeste 2012	0	45.432	45.432	0	0	0	0	141	141
Obras Implantação do VLT Centro *	0	532.000	532.000	0	62.949	62.949	0	297.670	297.670
PAC Olímpico - Ginásio Handebol	0	148.540	148.540	0	0	0	0	120.458	120.458
PAC Olímpico - Centro de Tênis	0	209.719	209.719	0	10.139	10.139	0	162.587	162.587
PAC Olímpico - Velódromo	0	142.755	142.755	0	4.969	4.969	0	97.003	97.003
PAC Olímpico - Estádio Aquático	0	206.992	206.992	0	40.898	40.898	0	198.273	198.273
PAC Olímpico - Deodoro (Área Norte)	0	738.041	738.041	0	23.835	23.835	0	475.782	475.782
PAC Olímpico - Deodoro (Área Sul)	0	184.034	184.034	0	16.768	16.768	0	70.838	70.838
PAC Olímpico - Deodoro (Domínio Urbano)	0	54.597	54.597	0	3.137	3.137	0	46.710	46.710
PAC/Mcidades - Proj Transbrasil Fase 2	0	30.660	30.660	0	0	0	0	0	0
PAC/Mcidades - Projeto BRT Ligação B	0	19.173	19.173	0	0	0	0	0	0
PAC IPHAN-Cidades Históricas-Bairro Serrad	0	7.207	7.207	0	0	0	0	0	0
PAC IPHAN-Cidades Históricas-Lapa Legal	0	3.993	3.993	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL PAC II - OGU</b>	<b>113.726</b>	<b>2.932.052</b>	<b>3.045.777</b>	<b>0</b>	<b>167.691</b>	<b>167.691</b>	<b>83.715</b>	<b>1.632.922</b>	<b>1.716.637</b>

\* O valor refere-se apenas à parcela da União. A parcela correspondente à iniciativa privada na PPP do VLT foi excluída da totalização.

Fonte: F/SUBTM/ACR.

Tabela II - CONTRATOS DE REPASSE

Em R\$ mil

OGU	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2016			REALIZADO ACUMULADO		
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL
CRAS - Reforma Centro	4	411	415	0	0	0	0	0	0
CRAS - Reforma Paciência	4	419	423	0	0	0	0	0	0
CRAS - Reforma C.Grande	4	391	395	0	0	0	0	0	0
CRAS - Reforma Grajaú	4	439	443	0	0	0	0	0	0
CRAS - Reforma I.Gov.	3	341	344	0	0	0	0	0	0
CRAS - Construção Sta.Cruz	6	590	596	0	0	0	0	0	0
CREAS - Construção Sta.Cruz	5	500	505	0	0	0	0	0	0
CREAS - Construção Pça. Seca	6	600	606	0	0	0	0	0	0
Revitalização de 4 Praças de interesse turístico- Centro, Urca e Copacabana	40	3.881	3.920	0	0	0	0	0	0
<b>SUB-TOTAL OGU Urbanização de Áreas</b>	<b>77</b>	<b>7.571</b>	<b>7.647</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: F/SUBTM/ACR.

Tabela III - CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO

PAC - FGTS CEF	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2016			REALIZADO ACUMULADO		
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL
<i>Urbanização de Áreas 2007/2008</i>									
Reg. Fundiária Fernão Cardim - <i>concluído</i>	23	445	468	0	0	0	23	445	468
A. Lima / S.Rodrigues	2.691	21.635	24.326	0	0	0	2.641	19.723	22.364
São Carlos	2.001	21.145	23.146	0	0	0	1.951	18.685	20.636
Nova Divineia e outros	1.583	16.678	18.262	0	0	0	1.409	12.539	13.948
Guarabu	4.688	27.885	32.573	0	0	0	4.531	26.971	31.502
Areal	1.306	5.464	6.770	53	0	53	1.281	5.364	6.645
Vila Esperança	1.447	15.083	16.530	0	0	0	970	9.524	10.494
Vila Rica de Irajá	2.275	22.292	24.567	0	0	0	2.048	18.297	20.345
João Lopes	933	5.325	6.258	0	0	0	878	4.966	5.844
Parque Alegria	410	7.796	8.206	0	0	0	391	5.136	5.526
Vila Catiri	1.102	8.639	9.741	0	65	65	1.091	7.930	9.022
<i>Urbanização de Áreas 2010/2011</i>									
Colônia Juliano Moreira	22.561	39.968	62.529	534	947	1.481	12.301	20.405	32.705
Babilônia e C Manguieira	30.272	39.824	70.096	101	39	141	30.272	19.752	50.025
Jardim do Amanhã - C Deus	7.813	35.872	43.685	71	332	403	2.021	9.036	11.057
Complexo do Alemão	17.408	59.989	77.396	1.086	5.089	6.176	10.405	34.512	44.917
Complexo de Manguinhos	8.473	29.862	38.336	0	0	0	1.747	4.347	6.095
Morro da Coroa	16.135	22.621	38.756	7	22	30	15.352	21.535	36.887
Comunidade Guarabu	8.068	19.439	27.507	0	0	0	6.209	14.332	20.541
<b>SUB-TOTAL Urbanização de Áreas</b>	<b>129.191</b>	<b>399.962</b>	<b>529.152</b>	<b>1.853</b>	<b>6.495</b>	<b>8.348</b>	<b>95.523</b>	<b>253.498</b>	<b>349.022</b>
<i>Saneamento 2007/2008</i>									
Parque Linear- Rio Acari - <i>concluído</i>	54.677	45.635	100.312	0	0	0	54.677	45.635	100.312
<i>Saneamento 2012/2011</i>									
Lotes 1B/ e 1C Jacarepaguá	40.388	198.493	238.881	0	0	0	28.781	140.937	169.717
Saneando Santa Cruz	73.456	207.246	280.701	1.001	1.999	3.000	41.043	113.804	154.847
Canal Mangue/Rio Joana	42.725	143.200	185.925	21.555	0	21.555	72.096	105.561	177.657
<b>SUBTOTAL Saneamento</b>	<b>211.246</b>	<b>594.574</b>	<b>805.820</b>	<b>22.556</b>	<b>1.999</b>	<b>24.555</b>	<b>196.597</b>	<b>405.937</b>	<b>602.534</b>
<b>TOTAL PAC - FGTS</b>	<b>340.437</b>	<b>994.536</b>	<b>1.334.972</b>	<b>24.409</b>	<b>8.493</b>	<b>32.903</b>	<b>292.120</b>	<b>659.435</b>	<b>951.556</b>

Fonte: F/SUBTM/ACR.

Tabela IV - PAC MOBILIDADE URBANA / OPERAÇÕES DE CRÉDITO BNDES e CEF

Em R\$ mil

MOBILIDADE URBANA	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2016			REALIZADO ACUMULADO		
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL
<i>PAC - COPA / BNDES 2010</i>									
BRT Corredor Trancarioca - BNDES - <i>concluído</i>	524.606	1.179.000	1.703.606	0	0	0	513.761	1.190.184	1.703.945
<i>BNDES-P. ESTRUTURADOR DE TRANSPORTE</i>									
Melhoria da Infraestr. viária e urbana RJ	301.710	2.715.389	3.017.100	24.151	449.927	474.078	257.314	2.506.406	2.763.720
Suplementa Melhorias da Infra. V. e urb. RJ	162.478	800.000	962.478	162.478	641.240 <sup>3</sup>	803.718	162.478	641.240	803.718
<i>PRÓ-TRANSPORTE / CEF 2013</i>									
BRT Corredor Transbrasil	203.000	1.097.000	1.300.000	15.283	174.967	190.250	80.676	420.047	500.723
<i>PRÓ-TRANSPORTE / 2 ETAPA</i>									
Pav. Vias Sta. Cruz/Vala do Sangue	9.575	181.934	191.509	0	10.309	10.309	2.873	43.067	45.939
Pav. Vias em Sepetiba	2.940	55.857	58.797	1.241	6.853	8.094	2.340	21.506	23.846
Pav. Vias em Guaratiba	7.548	143.418	150.967	0	17.185	17.185	2.587	43.179	45.765
Pav. Vias no Bairro Maravilha	6.252	118.791	125.043	0	23.167	23.167	2.160	39.057	41.217
<b>TOTAL</b>	<b>1.218.110</b>	<b>6.291.389</b>	<b>7.509.500</b>	<b>203.152</b>	<b>1.323.647</b>	<b>1.526.800</b>	<b>1.024.188</b>	<b>4.904.685</b>	<b>5.928.873</b>

Fonte: F/SUBTM/ACR.